



## doi Contribuições da teoria do amadurecimento para o estudo das famílias homoparentais

## Contributions of the maturation theory to the study of homoparental families

id Conceição Aparecida Serralha \*

**Resumo:** Entre os movimentos reivindicatórios das pessoas homossexuais, está o do direito de ter filhos e de formar uma família da mesma forma que as pessoas heterossexuais. Discussões em diversas áreas têm evidenciado a legitimidade desse direito e abordado os conflitos gerados em razão dos diferentes caminhos que acabam sendo utilizados para a constituição da família. O presente trabalho, visando a contribuir para o tema, tem por objetivo pensar a família homoparental no tocante aos efeitos desta na constituição psíquica da criança que nasce e cresce dentro dela, a partir da teoria do amadurecimento humano e da teoria da sexualidade de D. W. Winnicott. Propõe refletir sobre o lugar e a elaboração dos papéis de cada membro do casal parental e o desempenho desses papéis em relação à satisfação das necessidades da criança. Para tanto, são considerados os textos do próprio Winnicott e de autores estudiosos de sua obra na atualidade. A discussão evidencia a importância do ambiente facilitador para a constituição de um eu amadurecido e de como a qualidade facilitadora desse ambiente depende do bom desempenho dos papéis parentais, desempenho que pode prescindir do gênero da pessoa que o desempenha, mas não de suas características de confiabilidade e capacidade de sustentação e manejo.

**Palavras-chave:** homoparentalidade; teoria do amadurecimento; elementos masculino e feminino; ambiente facilitador.

**Abstract:** Among the claims of the homosexual people it is the right to have children and raise a family the same way heterosexual people do. Discussions in diverse areas have evidenced the legitimacy of this right and have approached the conflicts generated due to the different ways that end up being used to the constitution of the family. The present work, aiming to contribute to the theme, has as objective to think the homoparental family in relation to its effects on the psychic constitution of the child who is born and grows up among it, from D. W. Winnicott's Human Maturation Theory and his Theory of Sexuality. Its proposal is to reflect about the place and role elaboration of each member of the parental couple and also the performance of these roles in relation to the satisfaction of the child's needs. Therefore, Winnicott's own papers are taken into consideration as well as authors who study his work in the present. The discussion sheds light on the importance of

\* Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

the facilitating environment to the constitution of a mature self and on how the facilitating quality of this environment depends on the good performance of the parental roles, which can do without the gender of the person who performs, but not without the characteristics of reliability and capacity of maintenance and management.

**Key-words:** homoparenthood; maturation theory; masculine and feminine elements; facilitating environment.

A homossexualidade, ao ser considerada a partir de 1973 uma orientação sexual e não mais uma patologia, ou seja, ao ser considerada uma possibilidade não patológica de atração sexual e sentimental de uma pessoa por outra do mesmo sexo, fez deslanchar movimentos reivindicatórios das pessoas com essa orientação, entre estes o direito de ter filhos e de formar uma família. As principais discussões em diversas áreas têm evidenciado a legitimidade desse direito e abordado os conflitos gerados em razão dos caminhos utilizados para a constituição da família, que podem ser por meio de adoção, inseminação artificial, barriga de aluguel ou filhos de relacionamentos heterossexuais anteriores (Palma, 2011).

A proposição de contribuir para o tema a partir da teoria do amadurecimento humano de D. W. Winnicott e, dentro desta, da teoria da sexualidade sistematizada por Loparic (2005), busca pensar a família homoparental no tocante aos seus efeitos na constituição psíquica da criança, que nasce e cresce dentro dela: o lugar e a elaboração dos papéis de cada membro do casal parental e o desempenho desses papéis em relação à satisfação das necessidades da criança.

Antes de prosseguir, contudo, tornam-se essenciais alguns esclarecimentos. O primeiro, de que, como Winnicott não escreveu sobre o tema especificamente, este trabalho delineia uma visão possível com base na teoria legada por ele. O segundo, de que, da mesma forma que as pessoas consideradas heterossexuais não constituem um grupo homogêneo em termos de constituição de Eu e potencialidades, a referência às pessoas homossexuais, neste trabalho, também as considera pertencentes a um grupo heterogêneo, composto por pessoas com raízes diferentes para sua identidade homossexual e constituições diferenciadas em termos de integração do Eu. Conforme evidencia Roudinesco (2003), trata-se de pessoas com uma prática sexual marcada pela diversidade, referida como “homossexualidades, [...] um componente multiforme da sexualidade humana” (p. 185). Sendo assim, são pessoas com possibilidades diferentes também de exercício dos papéis parentais. Por fim, que a análise realizada, leva em conta a homoparentalidade em relação a crianças no início da vida, ou bem próximo deste, e não a crianças adotadas com mais idade. Outrossim, independente das várias motivações para a adoção, este trabalho tem por objeto o que mais se possa aproximar de casais homoafetivos que desejam ter filhos e formar uma família.

## 1. A homoparentalidade

O termo homoparentalidade surgiu na França em 1996, cunhado pela Associação dos Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL) e passou a designar a situação de conjugalidades homossexuais que possuem filhos (Roudinesco, 2003). Mesmo que haja uma crítica ao uso desse termo, por associar

o cuidado oferecido aos filhos com a orientação sexual dos pais, como relatam Zambrano, Lorea, Mylius, Meinerz e Borges (2006), o seu uso evidencia uma situação que se apresenta e reclama por reconhecimento social. Além disso, por ser o termo que vem sendo mais utilizado pelos estudiosos (Jurado, 2013; Rodriguez & Paiva, 2009; Palma, 2011; Passos, 2005; Uziel, 2007; Zambrano et al, 2006), mantê-lo permite uma comunicação clara, sem grandes equívocos no que concerne à discussão que é a tônica do momento em relação à criação de filhos, ou seja, se casais compostos por pessoas do mesmo sexo conseguem oferecer o ambiente e exercer as funções ou papéis que a criança necessita para bem se desenvolver.

Quando analisamos um grupo familiar constituído por pais do mesmo sexo, assim como por pais heterossexuais com problemas de infertilidade, além de todas as questões relacionadas à impossibilidade de gerar um filho de ambos, eles precisam encontrar uma forma de gerar esse filho que os ameace menos; em outras palavras, que não lhes traga uma instabilidade emocional e psíquica. Entretanto, qualquer que seja essa escolha, haverá sempre permeando esse desejo de ter um filho, uma incompletude, uma impossibilidade de gerar e um terceiro, uma vez que o casal depende de um outro para realizar esse projeto de ter o filho (Passos, 2005).

Esse outro que permanecerá no imaginário da família, com o qual os pais precisam conviver, se interpõe na formação dos laços afetivos com os filhos de modos diferentes, dependendo de como ele é assimilado/elaborado por esses pais. Algumas vezes, o outro imaginário toma a forma de uma figura que se superpõe aos pais. Outras vezes, aparece como sombra enigmática que acompanha e perturba o reconhecimento dos filhos, podendo ainda ser assimilado como elemento sem o qual a filiação não existiria (Passos, 2005, p. 35).

Além disso, no caso de uma família formada por pais do mesmo sexo, deve-se considerar sua composição interna, que comumente apresenta ausência de papéis e lugares fixos entre os membros e inexistência de hierarquias, possibilitando diferentes referências de autoridade (Passos, 2005). Entretanto, há de se considerar que mesmo entre pais heterossexuais, essas questões podem estar presentes, uma vez que o arranjo familiar e o desempenho dos papéis parentais sofrem influência do contexto sócio-histórico-cultural e dos recursos pessoais de cada indivíduo, não pré-determinados pelo gênero de cada membro.

Sem menosprezar todas essas características que podem complicar a parentalidade, mas colocando-as em suspensão, questiona-se como a família homoparental pode ser pensada a partir da teoria do amadurecimento emocional de Winnicott. Como pode ocorrer o amadurecimento pessoal e, dentro deste, a constituição da identidade sexual da criança que nasce e cresce em meio à homoparentalidade?

Ao ser empreendida uma revisão de literatura, foi notado que o estudo da homoparentalidade imerso na teoria do amadurecimento de Winnicott (1988/1990; Dias, 2012) é um trabalho bem mais recente do que o estudo da homoparentalidade a partir de outras visões, como, por exemplo, da psicologia social e relações de gênero (Palma, 2011; Passos, 2005; Uziel, 2007; Zambrano et al, 2006). Dois estudos encontrados, que buscaram o auxílio da teoria winniciotiana para compreender as possibilidades da homoparentalidade, foram os estudos de Rodriguez e Paiva (2009) e o de Jurado (2013). Rodriguez e Paiva apontaram a importância dada por Winnicott à qualidade do vínculo que deve ser estabelecido entre os membros do casal parental e a criança – geralmente presente no lar comum e não em um lar especializado –, ao justificarem a potencialidade, para o desenvolvimento da criança, também do casal homoparental que consegue estabelecer um bom vínculo. Jurado, por sua vez, conduz seu estudo a partir da importância dos cuidados materno e paterno proposta por Winnicott (1988/1990), e do entendimento deste de que o bebê também pode ser bem cuidado por pessoas – que não os pais biológicos –, que exerçam esses papéis e, em especial, o papel materno suficientemente bem. Contudo, nenhum dos estudos aprofunda sobre aquilo que pode ser o fundamento do bom vínculo ou do desempenho desses papéis, como é pretendido neste texto, ou seja, nenhum dos estudos considera a teoria dos elementos feminino puro e masculino puro de Winnicott (1971va[1966]/1994), na base do exercício dos papéis parentais e das relações que se estabelecem, quer se tratem de casais homo ou heteroafetivos.

## 2. A teoria do amadurecimento e a homoparentalidade

De acordo com Winnicott (1988/1990), para a constituição de um eu amadurecido, integrado em uma unidade, o indivíduo, no início, necessita de um ambiente capaz de favorecer o desenvolvimento de suas tendências herdadas, que lhe permita SER, “sem ter que tomar conhecimento do ambiente” (p. 151). Nesse momento inicial, o ambiente favorecedor de uma continuidade do ser sabe que o indivíduo ainda não tem condições de perceber o ambiente e mais, que ainda não existe um *self* individual que consiga “discriminar entre o Eu e não-Eu” (p. 153).

Na teoria do amadurecimento de Winnicott, descreve-se o ambiente integrado de vários ambientes específicos (humano, não-humano, físico, objetivo, subjetivo, interno, externo, materno, paterno, familiar e social), que não podem existir independentes uns dos outros, pois eles não são uma soma de ambientes não-integrados, mas um inter-relacionamento fundamental de círculos maiores que se abrem gradualmente, e que fornecem ao indivíduo a possibilidade de *ser*. No entanto, no início da vida, o ambiente que se ressalta é o ambiente constituído pelos cuidados e pelo modo de

relação da mãe com o seu bebê, que depois, com o desenvolvimento, se amplia para outras relações (Araújo, 2011). O ambiente inicial, ao ser constituído pela pessoa que exerce o papel de mãe, fornece diretamente os cuidados necessários ao bebê, em razão de sua identificação com este, possibilitada por um suficiente potencial de “elemento feminino puro”, ou seja, do elemento feminino não relacionado ao gênero feminino dessa pessoa, particularmente, não relacionado às suas funções corpóreas ou aos instintos.

A identificação da mãe com o bebê promove a identificação primária do bebê com a mãe – ser a mãe-que-cuida (Loparic, 2005, p. 343) –, que, na verdade, não é ainda percebida pelo bebê como externa a ele, podendo-se dizer que o bebê se identifica primariamente consigo mesmo, uma vez que ele e a mãe são *um*. A partir dessa condição de unidade, o bebê resolve as tarefas relativas à constituição de uma identidade pessoal: inserir-se no tempo e no espaço, alojar-se em um corpo e passar a se relacionar com outras pessoas e com o mundo à sua volta. Desse modo, ele se torna real, no sentido de poder existir como um sujeito objetivo, separado do ambiente, sendo capaz de ser impulsivo e de fazer coisas (Loparic, 2005).

Na teoria do amadurecimento pessoal, segundo Winnicott (1971va[1966]/1994), deve-se aceitar a existência de “um elemento masculino e um elemento feminino tanto em meninos e homens, como em meninas e mulheres” (p. 139), que nada têm a ver com o sexo biológico desses indivíduos. Em suas palavras,

[...] na saúde, há uma quantidade variável de elemento menina em uma menina, ou um menino [...] de maneira que facilmente seria possível encontrar um menino com um elemento de menina mais forte do que a menina parada ao lado dele, a qual pode possuir menos potencial de elemento feminino puro. (Winnicott, 1971va[1966]/1994, p. 142)

Se o amadurecimento segue facilitado pelo ambiente, segundo Dias (2012), os elementos masculino e feminino, por sua natureza, “não são alvo de repressão”. Entretanto, caso essa facilitação não ocorra, principalmente em razão de intrusões ambientais, pode ocorrer de eles ficarem “cindidos da personalidade total” (p. 273), como no caso FM apresentado por Winnicott, em 1966, em artigo lido perante a Sociedade Psicanalítica Britânica (Winnicott, 1971va[1966]/1994).

A presente exposição, portanto, parte do pressuposto de que, quer sejam casais heteroafetivos, quer sejam casais homoafetivos, o que vai prevalecer como fator de facilitação para o amadurecimento do bebê, inicialmente, será o potencial de elemento feminino puro que possa existir e ser integrado no si-mesmo de um dos membros do casal, suficiente para o bom desempenho do papel materno, bem como do elemento masculino puro também integrado no si-mesmo do outro

membro, que será necessário para o bom exercício do papel paterno, na sequência do desenvolvimento da criança. Ressalta-se que, mesmo que o casal homoafetivo, ou heteroafetivo, flexibilize esses papéis, com um membro substituindo o papel do outro quando necessário, para o bebê é muito importante que um dos membros permaneça como referência no exercício de um dos papéis.

Para Winnicott (1988/1990), uma das necessidades iniciais do bebê para o seu desenvolvimento é a monotonia – entendida como uma rotina adequada ao grau de amadurecimento do bebê no momento –, e a continuidade do cuidado: “a simplicidade e a constância da técnica podem ser dadas apenas por uma pessoa que esteja agindo *naturalmente*” (p. 132; os itálicos são meus). Assim, pensar em situações como as referidas por Roudinesco (2003), em que “duas mães, das quais uma desempenharia o papel de pai, ou dois pais dos quais um se *disfarçaria* de mãe” (p. 198; os itálicos são meus), jamais poderia atender às necessidades de um bebê. Ser cuidado por mais de uma pessoa, cujos modos de cuidar sejam artificiais e diferentes, vai exigir muito mais do bebê. O cuidado específico de uma única pessoa com “interesse de mãe”, já traz em si a variabilidade que o bebê consegue lidar no início da vida.

De acordo com Winnicott (1971va[1966]/1994), a condição primitiva de SER do bebê, ou o desenvolvimento do potencial de elemento feminino puro deste, possibilitado pelo elemento feminino puro da mãe, é básica para que o bebê conquiste, posterior e gradativamente, a autodescoberta, o senso de existir, a capacidade de desenvolver um interior, de utilizar os mecanismos de projeção e introjeção e de relacionar-se com o mundo em termos desses mecanismos, relação que já indicaria a mistura dos elementos feminino e masculino. O elemento feminino puro “relaciona-se com o seio (ou com a mãe) no sentido de *o bebê tornar-se o seio (ou a mãe), no sentido de que o objeto é o sujeito*” (p. 140). Já o elemento masculino puro “circula em termos de um relacionamento ativo ou de um passivo deixar-se com ele relacionar, com cada uma das atitudes sendo respaldada pelo instinto” (p. 139).

Winnicott sentiu-se muito enriquecido quando se permitiu pensar esses conceitos de elementos femininos e masculinos pertencentes a cada menino e a cada menina. Segundo ele,

isto me fez ver que os termos ‘ativo’ e ‘passivo’ não têm validade nesta área. Ativo e passivo são duas facetas da mesma coisa em termos de algum outro tipo de consideração que vai mais fundo e que é primitiva. Numa tentativa de formular isto, encontrei-me na posição de comparar *ser* com *fazer*. No extremo dessa comparação, descobri-me examinando um conflito essencial dos seres humanos, um conflito que já deve ser operante em data muito inicial, o conflito entre ser o objeto que tem também a propriedade de ser e, por contraste, uma confrontação com o

objeto que envolve uma atividade e um relacionamento objetal respaldados pelo instinto ou pulsão. (1971va[1966]/1994, p. 149)

No âmbito da redescrição dos relacionamentos objetais por Winnicott, são encontradas relações com objetos favorecedores do amadurecimento, como as relações com objetos transicionais, que propiciam o encontro com a externalidade e o princípio da identidade pessoal, que se distingue das relações com objetos que provêm da satisfação instintual como encontrados em Freud e Klein (Loparic, 2005, nota p. 324). Winnicott nos apresenta, assim, uma teoria “suplementar à instintualidade, baseado no estudo das propriedades de dois diferentes modos de relacionamento com outras pessoas – a *identificação* e a *objetificação*” (Loparic, 2005, p. 338).

Desse modo, na identificação, embora pareça inadequado falar em “relacionamento”, já que, como dito anteriormente, nesse momento inicial bebê e objeto são um só, Winnicott mantém o termo para se referir ao ”relacionamento objetal do elemento feminino puro” que estabelece a mais simples experiência, a da identidade inicial do bebê (SER), “que precisa de um seio que *é*”. Contrastando com esse relacionamento, Winnicott vai se referir ao “relacionamento objetal do elemento masculino com o objeto”, para o qual já deve ser pressuposto que o bebê já sente separado o Eu do Não-Eu (1971va[1966]/1994, p. 140). Esse relacionamento tem por base os impulsos instintuais e a necessidade que o bebê tem de FAZER. “*O fazer, [...] deve vir depois e sobre o ser*” (Dias, 2012, p. 273).

Desse modo, ser uma pessoa capaz de fornecer suficientemente bem o elemento feminino, ou seja, ser uma pessoa com suficiente potencial de elemento feminino puro integrado capaz de favorecer que o bebê possa desenvolver o seu próprio potencial de elemento feminino puro é uma questão bastante sutil de manejo. Para Winnicott (1971va[1966]/1994),

ou a mãe tem um seio que é, de maneira que o bebê também possa ser, quando bebê e mãe ainda não se acham separados na mente rudimentar daquele, ou então a mãe é incapaz de efetuar esta contribuição, caso em que o bebê tem de desenvolver-se sem a capacidade de ser ou com uma capacidade prejudicada de ser. (p.141)

Winnicott permite aos analistas compreender que, muitas vezes, estes têm que lidar, na clínica, com pessoas que, quando bebês, tiveram de se safar de uma identidade com um seio de elemento masculino, ativo, e que não foi satisfatório para uma identidade inicial que necessitava de um seio que *é*, e não de um seio que *faz*. Segundo Winnicott (1971va[1966]/1994) “ao invés de ‘ser como’, este bebê tem que ‘fazer como’, ou deixar que lhe seja feito, o que, desse nosso ponto de vista aqui,

constitui a mesma coisa”, ou seja, “fazer como” ou “deixar que lhe seja feito” evidencia, nesses casos, a presença de elemento masculino puro extemporaneamente (p. 141).

Embora acreditando que a mãe biológica fosse a pessoa melhor preparada para a tarefa de maternagem, Winnicott (1970b[1969]/1994) sabia que isso poderia não ocorrer: a mãe poderia faltar, ou poderia não estar com saúde suficiente para entrar em um estado em que lhe fosse possível identificar-se com o bebê e, ao mesmo tempo, fornecer a este os cuidados de que necessita. Também, em condição semelhante, poderia ser incluída a mãe que, até por fatores hereditários, não tivesse suficiente potencial de elemento feminino puro para essa tarefa.

Levar em consideração fatores hereditários neste ponto torna-se importante ao se recordar três proposições do texto winnicottiano. A primeira, já citada anteriormente, diz: “Em nossa teoria, é necessário aceitar-se a existência de um elemento masculino e um elemento feminino, tanto em meninos e homens, como em meninas e mulheres” (Winnicott, 1971va[1966]/1994, p. 139). A segunda se refere à quantidade variável desses elementos em uma menina, ou menino, sobre a qual ele disse: “Elementos de fator hereditário também ingressam nisso, [...]” (p. 142). A terceira e última, trata da proposta de Winnicott de ser possível que a experiência de “fracasso atormentador do seio como algo que É” produza uma criança “cujo *self* ‘feminino puro’ é invejoso do seio” (p. 141), indicando a existência de um potencial hereditário de elemento feminino puro no bebê, que pode ser desenvolvido, bloqueado ou distorcido pelo modo como ele é cuidado. Contudo, apesar de Winnicott referir-se a fatores hereditários, o hereditário para ele nem sempre estava relacionado ao biológico, como no tocante à “experiência de *ser*”, que é “o que é passado de uma geração para outra, por via do elemento feminino de homens e mulheres e dos bebês do sexo masculino e feminino” (p. 140).

Desse modo, a convicção de Winnicott em relação ao exercício da maternagem era de que, para o bebê, é vital que outra pessoa possa exercê-la caso a mãe esteja impossibilitada. Em 1956, ele escreveu que a “[...] mãe adotiva, ou qualquer mulher que possa ficar doente no sentido de apresentar uma ‘preocupação materna primária’, pode ser capaz de se adaptar suficientemente bem, por ter alguma capacidade de se identificar com o bebê” (Winnicott, 1958n[1956]/2000, p. 404), o que, para Winnicott, quer dizer possuir elemento feminino puro integrado suficiente para *ser* e *deixar que o bebê seja*. Nesse sentido, torna-se plenamente possível que o homem, cujo potencial de elemento feminino puro integrado seja suficiente para isso, possa exercer bem o papel materno. Conforme Dias (2012),

Existem casos, [...] em que os homens são mais maternos que suas mulheres, e há relatos clínicos em que a aptidão do pai para o cuidado materno amenizou falhas ambientais, devidas

a uma patologia da mãe [caso Sally], e salvou a criança de distúrbios que poderiam ter sido ainda mais graves do que os que realmente advieram. (p. 135)

Entende-se que, se houver esse membro no casal homoafetivo, com suficiente integração do elemento feminino puro, permitindo que o bebê possa SER, ao outro membro será importante o fornecimento do apoio necessário nesse momento e que possa aparecer, para o bebê, posteriormente, como “o primeiro vislumbre que a criança tem da integração e da totalidade pessoal”, podendo ser usado como padrão para a própria integração do bebê, em razão do suficiente potencial de elemento masculino puro integrado dessa pessoa (Winnicott, 1989xa[1969]/1994, p. 188). Caso isso não ocorra, o bebê terá de alcançar essa integração de uma forma muito mais difícil, a menos que ele possa contar com uma relação com outra pessoa total. E isso não é diferente no caso de casais heteroafetivos em que essas necessidades do bebê não estejam sendo atendidas. Nesses casos, será muito importante que ele possa contar com uma pessoa do ambiente mais amplo como uma avó, um irmão, um tio, uma vizinha, ou vizinho, entre outros.

No tocante à identidade sexual, Winnicott (1971va[1966]/1994) alerta para a consideração da bissexualidade presente na fantasia e da capacidade da criança de identificar-se com qualquer um dos membros do casal parental, o que será dependente da relação que se estabelecer entre eles. Para ele, o principal fator determinante dessa identidade é o sexo da pessoa pela qual a criança se apaixona no intervalo entre o desmame e o período de latência (1988/1990, p. 66). Vale lembrar que o casal homoparental não é um casal isolado. Seus membros possuem família e amigos. Da mesma forma que o filho de pais heteroafetivos pode vir a se identificar com um tio, uma babá, um avô, entre outras pessoas, o filho de um casal homoafetivo também pode vir a se identificar com pessoas externas ao casal.

De acordo com Roudinesco (2003), “todos os pais têm o desejo de que seus filhos sejam ao mesmo tempo idênticos a eles e diferentes” (p. 195). E as declarações dos homossexuais, relatadas por ela, referem os sentimentos destes quanto à necessidade de “dar aos filhos por eles criados uma representação real da diferença sexual” (p. 198).

Assim, a questão da identificação sexual não pode ser simplificada e sequer garantida somente a partir do desejo apontado por Roudinesco (2003). Winnicott se referiu à dificuldade que uma criança pode vir a ter, nesse processo, caso sua identificação sexual seja diferente de sua constituição anatomoobiológica. O processo de elaboração imaginativa, que unifica, organiza, prepara a satisfação e permite o controle dos instintos, será muito mais dispendioso para a criança, nesses casos, do que se o desenvolvimento de sua sexualidade for predominantemente congruente com a referida

constituição. Contudo, para Winnicott (1988/1990a), qualquer que seja a identificação sexual da criança, esta será de grande valor social se o desenvolvimento do caráter dessa criança for satisfatório em outros aspectos, que têm a ver com a forma como Winnicott define esse conceito. Ele o entende como “uma manifestação de integração bem sucedida”, estabelecida sobre “a base de um desenvolvimento contínuo” (1965ve[1963]1990, p. 185), o que será dependente do fornecimento dos elementos feminino puro e masculino puro dos membros do casal parental. Antes do desmame, há todo um caminho maturacional a ser percorrido pela criança, que independe do gênero de seu cuidador, mas básico para a autonomia do bebê, a fim de que o próprio bebê comece “a agir sobre os objetos externos, separados dele e constituídos devido aos impulsos efetivos de destruir objetos subjetivos” (Loparic, 2005, p. 349).

Como sintetiza Loparic (2005), a sexualidade humana adulta resulta de um processo de amadurecimento que parte de duas raízes diferentes: “umas instintuais, amparadas nas funções corpóreas ou no gênero (sexo biológico) e outras, relacionais, concebidas exclusivamente no contexto de relacionamentos interpessoais estabelecidos tanto pelo si-mesmo verdadeiro como pelo si-mesmo falso” (341). As aquisições principais desse processo seriam a elaboração imaginativa de todos os instintos, bem como sua integração “no si-mesmo e nas relações interpessoais duais, triangulares ou múltiplas, [que terminam] por estabelecer a sexualidade como o tipo instintual dominante na fase adulta, e [...] o desenvolvimento de características sexuais não fundadas biologicamente, decorrentes de interrelacionamentos de diferentes tipos” (pp. 315-316). Nesse sentido, também pode ser compreendida a atração de uma pessoa por outra do mesmo sexo, cuja origem pode não ter a ver com uma identificação sexual com o sexo oposto, mas sim com tantos outros tipos de identificação possíveis, atração que, nos tempos atuais, denomina-se orientação sexual.

Assim, a elaboração imaginativa integradora possibilitada pela capacidade de SER, que por sua vez é desenvolvida pelo apoio do elemento feminino puro integrado do membro parental, deve ser seguida pelo FAZER, possibilitado pelo elemento masculino puro integrado, que, na teoria winniciottiana da sexualidade, consiste na “execução de ações que resultam na satisfação instintual, e asseguram a manutenção no contexto das relações interpessoais – e não apenas as fantasias sexuais” (Loparic, 2005, p. 335). Esse processo faz emergir conflitos, que devem ser compreendidos como um problema humano universal, constituído pela oposição entre ser e fazer, pertencente à *acontecencialidade* da natureza humana, e

que decorre da incompatibilidade entre a tendência para integração por identificação primária, definitória da natureza humana e inerente à experiência de ser, e a tendência, igualmente

presente nessa natureza, para a desintegração – perda da integração resultante da identificação primária – por objetificação, característica essencial do fazer. Muito mais do que o desmame, o que dói no ser humano é a necessidade de reconhecer que, devido à estrutura temporal do seu existir, depois de experienciar a identidade total com o real, base inicial da sua capacidade de existir, ele terá que passar, para poder continuar existindo, pela experiência da diferença total. Dito de outra maneira, o seu dilema básico é *insolúvel*. Não havendo meios de ser resolvido, pode ser esquecido ou, então, *assumido e suportado*, isto é, *tolerado*. (pp. 350-351)

Se esse conflito essencial se exacerba, podem surgir patologias em razão da alteração brusca do ambiente que passa “do estado de ser-o-bebê ou a criança para o estado fazedor com esta” (Loparic, 2005, p. 352). A tensão inerente a esse conflito entre diferentes modos de existir que o ser humano terá que suportar durante sua vida, não pode ser creditada às diferenças entre o masculino e o feminino, mas, de acordo com Loparic, “essa tensão é decisiva para a constituição da masculinidade e da feminilidade (p. 354).

### 3. Considerações finais

O delineamento proposto e realizado neste texto me permite inferir que a homoparentalidade não é um problema em si para a constituição de um si-mesmo integrado e amadurecido em uma criança, e muito menos do desenvolvimento de sua sexualidade. Desde Freud, em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* de 1905, várias reflexões vêm sendo realizadas por diversos autores, tanto dentro da psicanálise como fora dela, sobre o êxito e o fracasso desses processos, apontando principalmente os fatores que os dificultam e os distorcem, mesmo em famílias com pais heterossexuais. Assim, parece-me plausível sugerir que problemas nessa área, que possam surgir em famílias homoparentais, nem sempre vão diferir daqueles encontrados na heteroparentalidade, já que, a partir do exposto ao longo deste texto, esses processos são basicamente dependentes dos potenciais de elemento feminino puro e masculino puro que os membros desses casais possam apresentar desenvolvidos e integrados em seu si-mesmo, de suas características de confiabilidade e capacidade de sustentação e manejo. Embora esses potenciais e características não sejam suficientes para determinar esta ou aquela identificação ou orientação sexual, são elementos básicos para isso.

Por outro lado, a preocupação específica da sociedade no tocante à orientação, ou mesmo identificação sexual, que a criança constituiria ao nascer e crescer sob os cuidados de um casal homoparental, aparece sob a égide de preconceitos acerca desse tipo de união, que tenderia a influenciar – negativamente – para a homossexualidade, como apontado por Costa (2004). Entretanto, presume-se que, se a sociedade evoluiu no sentido de aceitar a existência de diferentes formas de expressão e exercício da sexualidade, o receio e a preocupação de que a criança se torne identificada

ou orientada homossexualmente, não deveria existir ou prevalecer, mas sim deveria preponderar a preocupação de que ela possa ter dificultada a sua continuidade de ser no sentido da sua maturidade pessoal e social.

Os registros oficiais de cuidados homoparentais são muito recentes e pouco numerosos, bem como o são os estudos científicos sobre esses. Assim, novos estudos com o tempo poderão corroborar delineamentos como este ou refutá-los, mas, sobretudo, fazer emergir novos questionamentos.

## Referências

- Araújo, C. S. S. (2011). O ambiente winnictiano. In E. O. Dias & Z. Loparic (Orgs.) (2011), *Winnicott na Escola de São Paulo*. São Paulo: DWW editorial.
- Costa, T. M. M. L. (2004). Adoção por pares Homoafetivos: uma abordagem jurídica e psicológica. *Revista Eletrônica de Direito*, Juiz de Fora, s/v, n.1, nov. Recuperado em 5 de janeiro de 2014 de [http://www.viannajr.edu.br/revista/dir/doc/art\\_10005.pdf](http://www.viannajr.edu.br/revista/dir/doc/art_10005.pdf)
- Dias, E. O. (2012). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. São Paulo: DWEditorial.
- Freud, S. (1996). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. Obras completas da Standard Edition* (Vol. 7, pp. 119-228). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905)
- Jurado, T. (2013). *Produções imaginativas sobre a homoparentalidade por meio de Narrativas Interativas*. Dissertação de Mestrado em Psicologia como Profissão e Ciência). Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas-SP.
- Loparic, Z. (2005). Elementos da teoria winnictiana da sexualidade. *Natureza humana* 7(2): 311-358.
- Palma, Y. A. (2011) *Mamãe e... Mamãe? Apresentando as famílias homomaternas*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Passos, M. C. (2005). Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. *Psicologia Clínica*. 17(2), 31- 40.
- Rodriguez, B. C. & Paiva, M. L. S. C. (2009). Um estudo sobre o exercício da parentalidade em contexto homoparental. *Vínculo* [online], 6(1), 13-25.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Uziel, A. P. (2007). *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Winnicott, D. W. (1994). Sobre os elementos masculinos e femininos ex-cindidos [split-off]. In C. Winnicott, R. Shepherd & M. Davis (Orgs.) (1989a/1994), *Explorações psicanalíticas: D.W.*

- Winnicott (pp. 133-150). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1971va[1966])
- Winnicott, D. W. (1994). A experiência mãe-bebê de mutualidade. In C. Winnicott, R. Shepherd & M. Davis (Orgs.) (1989a/1994), *Explorações psicanalíticas: D. W. Winnicott* (pp. 195-202). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1970b[1969])
- Winnicott, D. W. (1994). Sobre o uso de um objeto. In C. Winnicott, R. Shepherd & M. Davis (Orgs.) (1989a/1994), *Explorações psicanalíticas: D. W. Winnicott* (pp. 170-191). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1989xa[1969])
- Winnicott, D. W. (1990). *Natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago Editora. (Trabalho original publicado em 1988)
- Winnicott, D. W. (1990). Psicoterapia dos distúrbios de caráter. In D. Winnicott (1990/1965b). *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1965ve[1963])
- Winnicott, D. W. (2000). A preocupação materna primária. In D. Winnicott (2000/1958a), *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1958n[1956])
- Zambrano, E., Lorea, R., Mylius, L. Meinerz, N. & Borges, P. (2006). *O direito à homoparentalidade – Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais*. Porto Alegre: Venus.